

**POR UMA
ANÁLISE DO DISCURSO
BRASILEIRA:
GESTOS DE LEITURA
NA CONSTRUÇÃO
DE UM CAMPO
DE PESQUISA**

**PARA UN ANÁLISIS DEL HABLA BRASILEÑA: LEER GESTOS EN LA CONSTRUCCIÓN DE UN
CAMPO DE INVESTIGACIÓN**

**FOR AN ANALYSIS OF BRAZILIAN DISCOURSE: READING GESTURES IN THE
CONSTRUCTION OF A RESEARCH FIELD**

Marco Antonio Almeida Ruiz*
Universidade Federal de Goiás

RESUMO: Pensar a análise do discurso *no e do* Brasil implica um processo bastante complexo de reflexões que só são possíveis porque temos nossa própria história de desdobramentos dessa disciplina. É preciso, pois, observar a construção de nossa história discursiva, sem, contudo, negar as influências estrangeiras, sobretudo a francesa, fonte de inúmeras reflexões que nos constituem teoricamente como pesquisadores. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo apresentar um gesto de leitura sobre uma teoria brasileira de discurso, a semântica do acontecimento, de Eduardo Guimarães (2005), compreendendo-a no interior do campo de estudos discursivos à brasileira, como forma de deslindar as nossas produções de discursos em cadinho verde e amarelo.

PALAVRAS-CHAVE: Análise do discurso do Brasil. Teorias brasileiras de discurso. Campo de pesquisa.

RESUMEN: Pensar en el análisis del discurso *en y desde* Brasil implica un proceso muy complejo de reflexiones que solo son posibles porque tenemos nuestra propia historia de desarrollo en esta disciplina. Es necesario, por tanto, observar la construcción de nuestra historia discursiva, pero sin negar las influencias extranjeras, especialmente la francesa, fuente de innumerables

* Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos e em Sociologia pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) de Paris. É professor adjunto de linguística na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2438-9252>. E-mail: marcoalmeida.ruiz@gmail.com.

reflexiones que teóricamente nos constituyen como investigadores. En este sentido, este artículo tiene como objetivo presentar un gesto de lectura sobre una teoría brasileña del discurso, la semántica del evento, de Eduardo Guimarães (2005), entendiéndola en el campo de los estudios discursivos brasileños, como una forma de desentrañar nuestras producciones de discursos de crisol verde y amarillo.

PALABRAS CLAVE: Análisis del discurso brasileño. Teorías brasileñas del discurso. Campo de investigación

ABSTRACT: Thinking about discourse analysis *in* and *from* Brazil implies a very complex process of reflections that are only possible, because we have our own history of developments in this discipline. Therefore, it is necessary to observe the construction of our discursive history, without, however, denying foreign influences, especially the French one, source of innumerable reflections that theoretically constitute us as researchers. In this sense, this article aims to present a reading gesture on a Brazilian theory of discourse, the *semantics of the event*, by Eduardo Guimarães (2005), understanding it within the field of Brazilian discursive studies, as a way to unravel the our green and yellow crucible discourse productions.

KEYWORDS: Brazilian discourse analysis. Brazilian theories of discourse. Research field.

1 INTRODUÇÃO¹

A análise do discurso teve início na França no final dos anos 1960, surgiu como uma das respostas e rupturas a um modelo estruturalista forte que perdurou nos anos anteriores, no qual se priorizava o funcionamento da língua em detrimento dos fatores extralinguísticos; como figura ilustre desse momento, destaca-se Michel Pêcheux como precursor responsável por romper com o pensamento formal da época, uma herança das questões promovidas por Ferdinand de Saussure e seu *Curso de Linguística Geral*. Ademais, a história de fundação dessa disciplina conta com a contribuição de diferentes autores, “inspiradores” – Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, Jacqueline Authier, Denise Maldidier, entre outros – que, cada um a seu modo, influenciaram nos desdobramentos, constituindo-a como um espaço de pesquisa no interior da Linguística. A herança de tais estudiosos é tão importante que até hoje vemos diferentes lugares que (re)visitam as suas problemáticas para se analisar os diferentes objetos e discursos que circula(ra)m nas sociedades.

Diante de tal irrupção e desenvolvimento da análise do discurso (doravante, AD), é importante refletirmos, pois, acerca dos seus desdobramentos que ocorreram (e ainda ocorrem!) no Brasil, haja vista que se tornou um lugar de pesquisa discursiva singular e bastante heterogênea. Afinal, o que é a análise do discurso desenvolvida no Brasil? Qual é a sua herança e como podemos pensá-la em nosso cenário discursivo? Este texto, como reflexões introdutórias, tem como objetivo traçar alguns gestos de leitura sobre o cenário brasileiro de discurso, a fim de compreender os desdobramentos da pesquisa discursiva em nosso país a partir de teorias brasileiras de discurso (ORLANDI, 2005; BARONAS, 2015) que constituem um campo. Não temos, com isso, a pretensão de construir verdades precisas sobre ele, nem delimitar espaços, haja vista os constantes desdobramentos de teorias, metodologias e objetos de análise que permitem, a cada hora, (re)desenhar esse cenário; pelo contrário, nosso percurso, ao longo das páginas seguintes, é constituído pelo caráter investigativo como forma de compreender os percursos que a AD vem adquirindo em nosso país e como certas teorias brasileiras de discursos têm emergido nos últimos anos a partir das (re)leituras de “inspiradores” estrangeiros.

Em virtude disso, é preciso refletir sobre as condições históricas e epistemológicas que possibilitaram as diferentes irrupções dos estudos discursivos em nosso país, a partir de sua emergência no contexto francês, à época de 1969, procurando compreender a

¹ Este artigo é fruto de algumas de nossas reflexões desenvolvidas durante a tese de doutoramento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSCar, em cotutela com a EHESS de Paris, com o apoio da Fapesp (Proc. nº. 2014/22526-7): *Por uma ciência da linguagem no/do Brasil: percursos e irrupções teóricas*.

² Esse termo foi sugerido, a princípio, por Dominique Maingueneau, durante uma apresentação que fizemos em uma jornada de estudos em Linguística na cidade de Paris, no ano de 2018, na *École des Hautes Études en Sciences Sociales*. Ao apresentarmos estas nossas reflexões iniciais, Maingueneau apontou que a palavra “inspiradores” permite não pensarmos, de certo modo, em fundadores, como criadores únicos de certas teorias, mas como autores que se preocuparam com os deslocamentos epistemológicos das teorias linguísticas, sobretudo para a análise do discurso, e promoveram releituras, refacções, desdobramentos importantes, colocando-os como “inspiradores” para outros estudiosos que vêm, diariamente, contribuindo para a (re)escrita histórica da análise do discurso, tanto no Brasil quanto no exterior.

sua emergência no cenário brasileiro como um campo de estudos do discurso. Pensar a AD *no e do* Brasil implica um processo bastante complexo de reflexões que só são possíveis porque temos nossa própria história de desdobramentos dessa disciplina³. Nossas características tropicais, nosso “jeitinho brasileiro” (e, com isso, não estamos fazendo alusão a certas características estereotipadas e negativas do brasileiro) de promover nossa releitura e construir um arcabouço teórico singular contribuem para a nossa particularidade de pensar e promover a análise do discurso, tornando-a peculiar. Assim, ao propor a observação e a análise de outros objetos, antes pouco (ou, talvez, nunca) estudados pela AD francesa, por exemplo, a nossa análise do discurso brasileira (ou ADB) empreende uma certa reformulação de conceitos basilares.

Bolívar (2015, p. 12, tradução nossa) afirma que “[...] a análise do discurso na América Latina tem alcançado um desenvolvimento impressionante e que em nossa comunidade científica tem surgido perspectivas teóricas originais”. De fato, embora as teorias discursivas desenvolvidas por aqui sejam provenientes da Europa e da América do Norte, é importante ressaltar a “independência intelectual e o compromisso com as realidades de nossos países”. Desse modo, não se trata de examinar o quanto elas são independentes, mas avaliar como essas teorias discursivas latino-americanas têm emergido nos diferentes contextos, considerando o seu “valor científico e acadêmico”.

Nesse sentido, diversas materialidades têm se tornado objeto de investigação em nosso país, desde discursos institucionais como, por exemplo, o discurso político e literário até discursos do cotidiano, tais como as charges, as fotomontagens, as piadas, entre outros. Assim como afirma Gregolin (2003, p. 31), nosso cenário discursivo se configura como um lugar “de confrontos teórico-metodológicos”, em que é possível observar a ocorrência de diferentes perspectivas, vertentes de trabalho que tomam um mesmo objeto teórico, o discurso, mas como objeto de observação distinto⁴.

Logo, quando tratamos da história discursiva em nosso espaço de pesquisa, é preciso partir de um constructo teórico que não é único, mas singular, que não apenas se configura como um rótulo francês *análise do discurso francesa* (ou ADF), herdando suas teorias e apenas reproduzindo-as, mas sobretudo parte de seus “inspiradores” estrangeiros para imprimir novos contornos, novos traços que definem uma certa característica brasileira de discurso. É preciso, pois, compreender e “enxergar a sua textura histórica” (GREGOLIN, 2003, p. 32), percorrendo caminhos importantes para desvendar as irrupções de teorias que se originaram em nosso país, definindo-as como características dos trópicos. Nesse caminho de investigação, não queremos negar suas origens, fazer esquecer dos nossos “inspiradores” que há muito tempo promoveram essa leitura discursiva e até hoje se fazem presentes e pertinentes nas diferentes vertentes e teorias de trabalho acerca do discurso (sobretudo no Brasil); pelo contrário, nosso objetivo é compreender os desdobramentos desse espaço de pesquisa, um campo de estudos que adquiriu (e adquire) contornos peculiares.

Durante algum tempo, a análise do discurso foi alvo de represálias justamente porque sua gênese estava ligada ao contexto político, as suas ideias, na sua emergência, enquanto um pensamento revolucionário, eram apresentadas “timidamente” aos pesquisadores brasileiros, coincidindo com a sua implantação no cenário universitário. Podemos dizer que seus desdobramentos surgem imersos à uma disciplina de *entremeio* (ORLANDI, 1999), reconfigurando a maneira de se reportar à língua a partir de certos posicionamentos ideológicos, históricos e sociais. Embora a sua história inicial também figure no discurso político, a AD do Brasil (ou AD brasileira) assumiu contornos particulares, sendo desenvolvida em diferentes contextos acadêmicos e por diferentes grupos de pesquisadores que se ligavam às distintas formas de representar o seu objeto observacional. Dado esse caráter heterogêneo de fundação/recepção brasileira, é que houve a possibilidade de observar a análise do discurso por meio de outros olhares, isto é, por meio de seus diferentes gestos de leitura que compõem todo o seu acontecimento na história brasileira.

³ Pensar a análise do discurso no Brasil pode não ser um fato novo, já que vimos autores brasileiros, em diferentes textos, problematizando a história de sua constituição e recepção em nosso país. Todavia, retomar tais problemáticas se torna necessário, pois, primeiramente, é um campo que detém um conjunto heterogêneo de perspectivas e metodologias de análise que deslocam pensamentos e promovem a refacção de ideias; além disso, (re)pensar a AD como um campo é promover um gesto de leitura que busque compreender os caminhos da escrita da história da teoria no Brasil e os desdobramentos atuais que nos caracterizam, de certo modo, como promotores de teorias brasileiras de discurso (BARONAS, 2015). Ou seja, além de observar a AD como campo, é preciso pensá-la como um espaço heterogêneo de pesquisas que vai além de discursos institucionais – como se constituiu, por exemplo, no contexto francês, sobretudo no seu início –; é preciso, assim, observar outras materialidades, ligadas também ao cotidiano, constituídas, por exemplo, por piadas, fotomontagens, esquetes, charges, entre outras.

⁴ Borges Neto (2010) afirma que o objeto observacional de uma teoria científica é o conjunto de fenômenos, a porção de realidade, que a teoria assume como seu objeto; já em relação ao objeto teórico, trata-se da construção (ou um modelo) que o cientista idealiza como forma de representação do objeto observacional.

Será impossível delinear traços certos sobre os caminhos da AD no/do Brasil (e nem é o nosso objetivo), afinal, é um espaço heterogêneo, cujas teorias promovem distintas (re)leituras de teóricos, “inspiradores” estrangeiros, nem tampouco será possível chegar a conclusões definitivas sobre o seu atual estado da arte, isso porque a teoria e seus pesquisadores estão a todo vapor, promovendo novas (re)leituras a partir dos diferentes objetos observacionais. O campo discursivo se (re)desenha a todo instante. O que queremos é compreender os desdobramentos históricos que fazem pensar a análise do discurso como um campo de pesquisa em nosso país. Ou seja, um campo constituído por teorias brasileiras de discursos que se firmam diariamente e são ratificadas por meio de artigos, dissertações, teses, entre outros, que divulgam esse fazer científico dos trópicos. É porque há textos, fomentos à pesquisa que apoiam trabalhos sobre o discurso em universidades do Brasil, divulgando o nosso “jeitinho”, que podemos pensar na constituição da ADB. Para tal, selecionamos uma teoria brasileira de discurso (BARONAS, 2015), a *semântica do acontecimento* (2005), de Eduardo Guimarães, em que descreveremos brevemente seus princípios e caminhos reflexivos que configuram, a nosso ver, uma vertente materialista do discurso brasileira. Por fim, tal seleção não implica, com isso, um abandono ou “esquecimento” desse cenário plural, nem tampouco desqualifica as outras já existentes e em desenvolvimento nos diferentes níveis de formação (iniciação científica, mestrado ou doutorado) – o que as tornam ainda mais salutares na composição desse espaço –, mas sim refrata, de certo modo, sendas e veredas de um campo brasileiro em contínua expansão.

2 ANÁLISE DO DISCURSO BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO

A noção de discurso assumiu características, muito além daquelas implementadas na gênese da análise do discurso, inscritas no campo político e alcançou outras definições que contribuíram para a descrição dessa disciplina. Assim, a recepção dos textos de Pêcheux e outros “inspiradores” no Brasil contribuíram (e ainda contribuem!) para reverberarem diferentes enunciados que compõem um campo mais amplo, o dos estudos de discurso. Entendemos por estudos discursivos um conjunto de disciplinas que tem a linguagem, imbricada em suas diferentes ordens (linguísticas, enunciativas, históricas) e manifestada em distintas materialidades (verbais, visuais, verbo-visuais), como objeto de estudo. Essas diferentes disciplinas, embora tenham o discurso como objeto de observação, constroem objetos teóricos bastante distintos.

Nesse sentido, diante da emergência dos estudos discursivos no Brasil, estamos diante de um conjunto de trabalhos e reflexões importantes que (re)configuram o nosso país nessa perspectiva heterogênea, a saber⁵: a abordagem dialógica, advinda de Bakhtin e o Círculo, desenvolvida por Brait (2008); a semiótica de Greimas desenvolvida por Barros (1990, 2015) e Fiorin (2009); a semiótica pierceana de Pierce desenvolvida por Santaella (2008); a semiolinguística de Charaudeau (2006) desenvolvida por Ida Lúcia Machado (2010); a crítica de Fairclough (1985, 2010) e Van Dijk (1985, 1998, 2006) desenvolvida por Magalhães (2005, 2017); a materialista de Pêcheux (1997) desenvolvida por Orlandi (2007) e Guimarães (2005); a historicista de Michel Foucault (2008) e Jean-Jacques Courtine (2009) desenvolvida por Gregolin (2003) e a enunciativa de Maingueneau (2008b, 2010, 2015) desenvolvida por Possenti (2010) e Baronas (2015).

Com efeito, a noção de discurso, a partir das diferentes vertentes que aqui se formou – materialista, historicista, enunciativa, dialógica, entre outras –, foi se modificando por meio da atualização dos enunciados e das correntes teóricas brasileiras desenvolvidas em diferentes cenários de pesquisa. É a partir disso que podemos afirmar que cada teoria brasileira – *teoria do silêncio* (ORLANDI, 2007), *teoria dos estereótipos básicos e opostos* (POSSENTI, 2010), *semântica do acontecimento* (GUIMARÃES, 2005), entre outras – produz a sua própria (re)leitura de teorias estrangeiras para a construção desse imenso campo heterogêneo; digamos, de certo modo, que cada teoria cria a sua própria análise do discurso franco-brasileira.

Desde a sua institucionalização no Brasil na década de 1980 e seus respectivos desdobramentos teóricos, a análise do discurso, sobretudo a de tradição francesa, não assumiu um lugar de pesquisa preciso e bem delimitado, sendo realocada no interior da Linguística como uma “subárea” desse espaço de pesquisa maior. Até a sua inserção nos currículos dos cursos de Letras das

⁵ É importante ressaltar que não queremos, com isso, desconstruir e/ou dirimir a importância de outras perspectivas que estão em pleno desenvolvimento no Brasil e, com certeza, fazem parte dessa história brasileira em pesquisa discursiva; ao contrário, tecemos, inicialmente, um gesto de leitura desse cenário singular que está em contínua expansão. É, pois, impossível delimitar contornos nítidos para esse campo de pesquisa brasileiro; não é, também, esse o nosso objetivo. Buscamos compreender a sua emergência, certos deslocamentos e algumas das perspectivas discursivas de trabalho em nosso país.

universidades brasileiras e o surgimento de diferentes associações, congressos e reuniões científicas, por exemplo, a AD foi ganhando um espaço significativo como motor propulsor de diferentes correntes de pesquisas não só da Linguística, mas também de toda as ciências humanas e sociais.

Nesse caminho, as décadas de sessenta e setenta no Brasil foram importantes para esse processo de institucionalização que ocorreu depois, nos anos oitenta, pois começavam-se a despontar diferentes (re)leituras de “inspiradores” estrangeiros em nosso país, dando início às reflexões e aos desdobramentos sobre a noção de discurso. Nessa multiplicidade de (re)leituras, podemos destacar um importante teórico brasileiro, estudioso do discurso, que a seu modo, trouxe a análise do discurso ao Brasil por outras vias, Carlos Henrique de Escobar. Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o autor contribuiu com a recepção da teoria do discurso no Brasil, a partir de suas (re)leituras e traduções de obras de L. Althusser e M. Pêcheux. A seu modo, a partir de sua inscrição epistemológica fundamentada na Linguística, Escobar propôs problematizar a ideologia e a história para a construção de uma semiologia materialista. Grande parte de suas reflexões foram publicadas na revista *Tempo Brasileiro*, em que defendia uma “ciência do discurso” (GREGOLIN, 2007).

Já na década de oitenta, época em que a AD ganha escopo de trabalho no cenário tupiniquim, víamos, no estado de São Paulo, a emergência das contribuições de Eni Orlandi com seu projeto de pesquisa baseado nos princípios pecheuxianos desenvolvidas na Universidade Estadual de Campinas, além de sua atuação na criação do GT em análise do discurso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, a ANPOLL, em novembro de 1986. E, por fim, outra importante perspectiva desenvolvida no Brasil foram as (re)leituras de Izabel Magalhães acerca de uma análise do discurso crítica (ADC) a partir de Norman Fairclough. A autora, em 1986, publica um artigo na revista *Delta*, intitulado *Por uma abordagem crítica e explanatória do discurso*, promovendo, pois, um método capaz de descrever, explicar e interpretar a linguagem e suas transformações sociais na contemporaneidade, cujos temas – exclusão social, discriminação racial, entre outros – eram polêmicos.

Maingueneau (2006a, p. 1), questionado sobre a concretização dessa disciplina como uma subárea de ciência linguística, mostra-nos que:

Não se pode responder a esta pergunta sem adotar implicitamente uma determinada concepção de Análise do Discurso. Não me parece evidente, de fato, que a AD seja uma ‘subárea’ da Linguística. Há de fato ciências sociais de pesquisa que se valem da AD, mas que não se apoiam na Linguística: elas se inspiram, por exemplo, em Michel Foucault. No que concerne à AD de inspiração linguística, podemos sustentar a ideia de que ela é menos uma ‘subárea da ciência linguística’ do que uma zona de contato entre a Linguística e as ciências humanas e sociais. É uma maneira de ver o problema que me parece mais realista; mas, evidentemente, a AD deve manter uma ancoragem forte na Linguística, ela faz parte das ciências da linguagem, noção mais abrangente que aquela de ‘Linguística’.

Nesse sentido, atualmente, é possível vê-la como uma disciplina no interior de um campo de pesquisa mais amplo, agregando teorias e conceitos interdisciplinares, tais como da Sociologia, da Psicologia, entre outros, além de tomar seu objeto de pesquisa – o discurso – não somente pela materialidade verbal, mas também buscando compreender os sentidos produzidos a partir de materiais verbo-visuais e/ou sincréticos do cotidiano. Em outras palavras, Maingueneau (2015) defende que, nos últimos anos, a análise do discurso vem se transformando num empreendimento fundamentalmente pós-disciplinar que, no interior das ciências humanas e sociais, vai contra a compartimentalização do saber em domínios cada vez mais especializados. Conforme o autor, o espaço da análise do discurso é hoje globalizado e em contínua expansão, resultado da convergência de correntes de pesquisa advindas de diferentes disciplinas, tais como: linguística, história, antropologia, sociologia etc. Além disso, esse campo tem ganhado espaço graças aos fenômenos como o desenvolvimento das mídias audiovisuais pós-internet que facilitam a propagação de diferentes tipos de discursos – sincréticos, multimodais, por exemplo –, aumentam a importância das interações verbais (e visuais) e ampliam o processamento dos signos.

Em virtude disso, podemos pensar num *campo dos estudos de discurso* desenvolvido em nosso país graças às diferentes vertentes, com seus respectivos objetos de trabalho – nas suas diferentes materialidades –, capazes de promover uma espécie particular de estudos sobre a AD, isto é, desenvolver traços e características – baseadas nas (re)leituras de seus diferentes “inspiradores” –

tipicamente brasileiras, promovidas por autores – sobretudo professores – brasileiros nas diversas universidades em que a análise do discurso conste como lugar de trabalho. Isso corrobora o modo como esse campo de pesquisa vem se desenvolvendo no país e como vem sendo difundido em congressos, reuniões científicas, orientações de teses de doutorado e dissertações de mestrado, estas por meio dos investimentos de agências de fomento, tais como FAPESP, CNPq, CAPES⁶, que ratificam a configuração desse campo de pesquisa em plena expansão. Ou seja, vemos um desdobramento interessante num país multilíngue e diverso, cujas características linguísticas e cujo jogo enunciativo corroboram multifacetados pontos de vistas e diferentes efeitos de sentidos. No Brasil, o objeto de estudos dos discursivistas deixa de ser apenas os discursos institucionais, ou apenas o discurso político, como foi predominante no seu início, tomando também outros objetos, os chamados “menos nobres”, como piadas, charges, vídeos, imagens etc.

Para compreendermos tal espaço de pesquisa como um campo discursivo em nosso país, é preciso pensarmos a sua configuração como um constructo teórico que há muito tempo tornou-se mote de reflexão de estudiosos das ciências humanas e sociais, como, por exemplo, nos trabalhos de Bourdieu (1975) e Maingueneau (2010). Pierre Bourdieu, nos anos 1980, foi responsável por forjar o conceito de “campo científico” no âmbito das ciências humanas e sociais como um tipo de capital simbólico do macrocosmo social. Os trabalhos em sociologia da literatura, inspirados nas suas problemáticas, alcançaram grande êxito em mostrar que a produção de obras não estava diretamente relacionada à sociedade como um todo, mas apenas a um setor delimitado daquela sociedade que, no século XIX, tomou a forma de um “campo” que segue regras específicas (MAINGUENEAU, 2010).

Sua teoria foi estendida a outros tipos de atividade simbólica, dos quais destacam-se a Literatura. Autor crítico de tradição estruturalista, ele considerou os fatos científicos como fatos sociais negociados no interior de um campo de lutas políticas pela dominação científica, jamais neutro, em que há sempre uma hierarquia e um poder presentes na esfera científica. Ademais, o campo defendido por Bourdieu é ainda associado a um jogo em que os agentes/pesquisadores disputam com seus respectivos capitais, ou seja, quanto maior o capital um agente tiver, mensurado pelo número de citações, publicações e contribuições na área, maior será o poder que ele terá para mudar o cenário e as regras desse “[...] lugar de luta mais ou menos desigual [...] providos de capital simbólico” (BOURDIEU, 1975, p. 91).

Aos diferentes campos, na visão do autor, “[...] se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de lugares), cujas propriedades dependem de sua posição no interior desses espaços” (BOURDIEU, 1980, p. 113). Entretanto, Maingueneau (2010, p. 50) afirma que, “[...] quando alguém se inscreve no projeto da análise do discurso, não pode se contentar em raciocinar em termos de atores, de posições e de lutas pela autoridade. É preciso traduzir isso em termos de identidade enunciativa”.

Assim, Maingueneau (2008b, 2010) propõe transpor o “campo científico” de Bourdieu (1975, 1980) em “campo discursivo”, por considerar que seja um espaço no interior do qual interagem diferentes “posicionamentos”, fontes de enunciados que produzem diferentes embates graças à natureza do campo, legitimando e corroborando o seu próprio lugar de enunciação. Ou seja, um campo é composto por um conjunto heterogêneo de discursos no interior de um interdiscurso. De estrutura instável, e sobretudo não homogênea, o campo possui diferentes posicionamentos que estão em relação de concorrência. Segundo o linguista francês, “[...] o campo é o espaço em que se definem as trajetórias efetivas dos escritores, que estão constantemente reajustando suas estratégias em função da maneira como evolui sua posição” (MAINGUENEAU, 2010, p. 52).

Para pensarmos o campo de estudos de discurso, partimos para a noção de interdiscurso na visão de Maingueneau (1997). De acordo com o autor, “[...] não especificamos muito a noção de interdiscurso, [...] será necessário precisá-la melhor e recorrer a três outros termos complementares: *universo discursivo*, *campo discursivo* e *espaço discursivo*” (MAINGUENEAU, 1997, p. 116, grifos do autor). Por “universo discursivo”, o linguista entende o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem e que interagem numa conjuntura dada. Não apreendido em sua globalidade pela AD, esse universo representa necessariamente um conjunto finito. De pouca utilidade para o analista, ele define apenas uma extensão máxima, um horizonte a partir do qual serão

⁶ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

construídos domínios susceptíveis de serem estudados, recortando os chamados “campos discursivos”. Tal noção de universo discursivo é equivalente à noção de interdiscurso de Pêcheux (1997).

O “campo discursivo”, por sua vez, é definido por Maingueneau (1997, p. 34) como “[...] um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo”. Tal concorrência se estabelece por meio de confrontos ou alianças, na forma de neutralidade aparente entre discursos que possuem a mesma função social e, ao mesmo tempo, divergem sobre o modo como ela deve ser preenchida. É no interior desse campo que se constitui um discurso; em razão da sua heterogeneidade, um discurso não se configura da mesma forma que todos os discursos que o compõem: há uma certa hierarquia instável que opõe discursos dominantes e dominados e, por isso, não se situam do mesmo modo, no mesmo plano. Tal delimitação permite abrir redes múltiplas de trocas e suas delimitações não são tão evidentes. Por fim, temos os “espaços discursivos” no interior do campo discursivo, que, segundo o autor, se trata dos subconjuntos de formações discursivas, cuja relação será julgada pertinente pelo analista diante de seu propósito e de seus objetivos de pesquisa.

Essas três noções (universo, campo e espaço discursivos) auxiliam-nos a refletir sobre a composição dos diferentes ambientes teóricos de constituição da disciplina de AD no território brasileiro: em um campo de estudos do discurso (mais amplo e heterogêneo), diferentes vertentes – AD francesa, Análise do Discurso Crítica, Dialógica etc. – ocupam distintos espaços discursivos, configurando-se por meio de suas diferentes teorias discursivas nos distintos grupos de pesquisas das instituições brasileiras – particulares, estaduais e federais. Observamos, com isso, espaços discursivos em constante “competição” (num universo discursivo), compostos por diferentes teorias que constituem o campo discursivo brasileiro.

Todo discurso produzido pelas teorias brasileiras compõe as diferentes formações discursivas inscritas num campo bastante heterogêneo, todavia, com base num sistema de restrições globais, há sempre um filtro que qualifica os critérios, em uma certa formação discursiva, distinguindo o que é possível (ou não) de ser dito e enunciado no interior daquela formação. Os autores, inscritos numa certa FD, produzem seus enunciados a partir da “competência interdiscursiva”, cuja função se estabelece por um sujeito que, ao distinguir o que pode ou não ser enunciado no interior de uma formação discursiva, identifica os enunciados que não condizem com o sistema de restrições desta, isto é, que pertencem a formações discursivas antagônicas (MAINGUENEAU, 2008b).

A partir desse sistema de restrições dos enunciados, partimos para a observação do discurso enquanto uma prática discursiva, isto é, é possível considerar que o sistema de restrições esteja além do enunciado e da enunciação, permitindo “[...] tornar um conjunto de textos comensurável com a rede institucional de um grupo, aquele que a enunciação discursiva ao mesmo tempo supõe e torna possível” (MAINGUENEAU, 2008b, p. 22). Ademais, é preciso pensar as práticas discursivas enquanto “práticas intersemióticas”, que integram não somente as unidades de um conjunto de enunciados verbais, mas também outros tipos de produções que agregam outras esferas semióticas, tais como o musical, o pictórico, o imagético, por exemplo. É a partir desse contexto que, no tópico seguinte, propomos observar uma teoria brasileira de discurso (BARONAS, 2015), em que podemos analisar a formação e o desdobramento de uma teoria de base estrangeira, materialista, por exemplo, nas lides da história dos desenvolvimentos da AD no/do Brasil. Trata-se, de um ponto de vista, de uma (re)leitura que toma princípios de certos “inspiradores” para a construção de uma teoria brasileira de discurso.

3 POR UM GESTO DE LEITURA: A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Neste tópico, temos como objetivo propor nosso gesto de leitura acerca da produção de teorias brasileiras de discurso, em especial, selecionamos uma teoria para compreender, brevemente, alguns caminhos que a pesquisa discursiva no país tem tomado nas últimas décadas. Não queremos, com isso, desconsiderar outras teorias em desenvolvimento ou já consolidadas em nosso cenário, ratificadas nas diversas publicações (livros, capítulos e artigos) e nas pesquisas de graduação e pós-graduação; pelo contrário, nosso gesto de interpretação é uma forma de destacar esse campo de trabalho em ascensão nas universidades e instituições brasileiras. Nossa escolha se baseou em nossa inscrição, no interior de São Paulo, como forma de observar os desdobramentos realizados nessa região do país.

Assim, os estudos discursivos que aqui se desenvolveram (e ainda se desenvolvem!) se constituíram a partir de diferentes pontos de vistas em que os sujeitos, inseridos em diferentes condições históricas e epistemológicas de produção, foram responsáveis por construir os desdobramentos teóricos a sua maneira, não rompendo totalmente com o núcleo firme da AD, sobretudo de base francesa, mas produzindo certas “expansões”, modificações, novos pressupostos que irrompem e se configuram enquanto teorias de discurso. Enquanto “expansão” e desenvolvimento de novos aportes teóricos a partir da AD, destacaremos a teoria desenvolvida por Eduardo Guimarães a respeito de uma *semântica do acontecimento*, produzida no início dos anos 2000 e que mobiliza problemáticas importantes a partir do que se pensou nas últimas três décadas em terras brasileiras sobre os estudos de discurso.

Logo, é comum, por exemplo, atribuir a Michel Pêcheux um papel de fundador da Análise do Discurso. Seu trabalho desempenhou um inegável reconhecimento no seu contexto de produção. No entanto, sua contribuição não concerne mais do que uma pequena parte desse imenso campo. A partir de seus pressupostos, produziu-se um pequeno recorte sob outro nome, um território que recobre pequenos espaços dos atuais estudos discursivos. Sua perspectiva de trabalho consistiu em mostrar as relações umbilicais entre a linguagem e a ideologia, isto é, olhar o funcionamento linguístico não somente a partir de relações imanentes, mas, sobretudo, observar a língua pela sua relação histórica. Nesse sentido, poderíamos pensar o discurso na sua relação com a situação comunicativa, nos sentidos em contexto, nas interpretações dos textos, entre outros. Pensá-lo requer buscar elementos contextuais e extralinguísticos na formulação e constituição do enunciado.

Nessa toada, conforme afirma Guimarães (2005), para que um acontecimento ocorra é necessário destacar dois elementos que são decisivos para sua realização: a língua e o sujeito na constituição histórica do sentido. Além desses dois elementos, pode-se considerar também a questão da temporalidade dos acontecimentos, que se torna fator relevante para definir o sentido e propor novas interpretações, novos gestos de leitura. Para tal funcionamento discursivo, é necessário que haja uma materialidade histórica do real, considerando-se não apenas um ser físico, produtor de enunciações, mas um ser que enuncia “[...] afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico” (GUIMARÃES, 2005, p. 11).

O acontecimento, conforme o autor, temporaliza, instala sua própria temporalidade e não o sujeito do dizer, que não deve ser tomado como origem do tempo, mas pela temporalidade ao dizer. O sujeito não é o responsável pela temporalização, mas é o próprio acontecimento. Ademais, Guimarães (2005), em seu trabalho, preocupa-se em definir o espaço enunciativo. Para ele, corresponde ao lugar de constituição entre línguas e falantes. Esta relação interessa ao pesquisador enquanto espaço regulado e enquanto disputas pela palavra, a partir de um posicionamento político. Não se pode tomar os falantes como indivíduos que falam esta ou aquela língua, mas sim, falantes determinados pelas línguas que falam, enquanto figuras políticas determinadas pelo seu funcionamento, que se misturam, se transformam, se alteram por uma incessante disputa. O falante não é a figura empírica, mas sim política, constituída pelos espaços de sua enunciação. Para o estudioso,

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços ‘habitados’ por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. (GUIMARÃES, 2005, p. 19)

Conforme o pesquisador,

O espaço de enunciação é assim decisivo para se tomar a enunciação como uma prática política e não individual ou subjetiva [...]. Falar é assumir a palavra neste espaço dividido de línguas e falantes. É sempre, assim, uma obediência e/ou uma disputa [...]. Enunciar é estar na língua em funcionamento. (GUIMARÃES, 2005, p. 22)

Guimarães (2005) parte de alguns princípios iniciais da AD de base francesa para construir, a seu modo, sua narrativa, modelando-a por meio de sua própria teoria de discurso. Enquanto proposição, essa teoria também não invalida ou refuta o núcleo duro da análise do discurso, mas expande, transforma a teoria, configurando-a em uma nova forma de abordar a questão

do discurso. Poderíamos pensar, desse modo, numa expansão ou ramificação teórica do discurso enquanto disciplina brasileira, pois é constituída por uma metodologia válida e expressiva.

A partir do momento em que há publicação em forma de livros, artigos, e divulgada em congressos científicos, revistas de divulgação, promoção em disciplinas na graduação e pós-graduação, temos um novo momento de estudos que se fixam e se consolidam no Brasil como campos de estudos discursivos. Se considerarmos a teoria de Guimarães (2005), poderíamos dizer, além disso, que tal teoria de discurso brasileira seria uma das emergências de se estudar o campo discursivo no cenário brasileiro, não refutando o núcleo firme da AD, mas expandindo-o e colocando-o à prova nos mais diferentes meios de circulação.

4 À GUIA DE (IN)CONCLUSÕES

Ao longo destas breves páginas, verificamos que há um campo de estudos do discurso no Brasil bastante heterogêneo, marcado por um conjunto de vertentes e correntes discursivas capazes de (re)contar a história e os desdobramentos epistemológicos da análise do discurso em nosso país. Com efeito, procuramos descrever alguns caminhos que esse campo assumiu em relação a uma conjuntura teórica bastante singular, configurando-se não somente na leitura dos clássicos autores franceses, nossos “inspiradores” – tais como Pêcheux, Foucault, Bakhtin, entre outros –, mas também possibilitando percursos teóricos bastante diferentes do que ocorrera na França no final dos anos 1960, assumindo-se, com isso, como um campo de pesquisa discursiva brasileiro, uma análise do discurso do Brasil.

Olhar para a história é colocar-se constantemente em novas (res)significações de acontecimentos passados, é voltar-se, assim, aos princípios que envolvem não apenas os aspectos teóricos do desenvolvimento do campo, o metalinguístico, mas também às produções que (re)contam as diferentes perspectivas da AD, utilizando-se de sua própria teoria e de seu próprio método de análise, isto é, o que chamamos de acontecimentos metadiscursivos, pois envolvem as práticas discursivas e não discursivas na produção desse vasto campo de estudos do discurso em nosso país.

Ou seja, ao pensarmos acerca da produção discursiva brasileira, ressaltando os trabalhos de autores nacionais, promovemos um gesto de leitura sobre os caminhos que a análise do discurso tem tomado e constituído em nosso país, refletindo características singulares. Ao observarmos certas teorias brasileiras sobre o discurso serem construídas e mobilizadas no âmbito universitário, ramificando diferentes trabalhos publicados em importantes meios de divulgação científica, como forma de corroborar essa origem brasileira, pensamos na constituição do campo da ADB como uma forma que nos torna únicos e peculiares na escrita de nossa história, que nos difere, por exemplo, dos caminhos epistemológicos de emergência da análise do discurso no contexto francês. Assim, esse nosso gesto interpretativo não tem como função ressaltar uma ou outra teoria, nem tampouco promover certos juízos de valores, pelo contrário, colocamo-nos no papel de pesquisadores, linguistas que buscam descrever os fatores e os desdobramentos teóricos de um certo tempo, num certo campo, compreendendo as mudanças e interpretando-as.

Logo, podemos pensar que, a partir do momento em que há publicações em livros e artigos de teorias brasileiras de discurso, tais escritos promovem uma rede de pesquisa ampla. Em outras palavras, quando há certos recursos e investimentos de agências de fomento para a pesquisa – tais como, CAPES, FAPESP, CNPq, entre outras –, que financiam tais desdobramentos teóricos em torno da análise do discurso brasileira, compreendemos o alcance dessas questões discursivas desenvolvidas em nosso território corroborando a emergência desse campo de pesquisa heterogêneo.

O modo que tomamos esses acontecimentos é o que definirá nossa busca. Não sabemos qual será o destino da análise do discurso no/do Brasil diante de tantas perspectivas e tantos pontos de vistas, pois o futuro sempre será incerto, todavia, temos uma única certeza: essa *movência* de teorias e perspectivas, como um acontecimento metadiscursivo, promove uma constante (re)atualização do campo de estudos do discurso. Ela é responsável, também, por instigar a busca de novas práticas de pesquisa que ratificam um fazer científico brasileiro, enquanto lhe é próprio, cada vez mais único e singular, fruto de uma determinada cultura de interpretação.

REFERÊNCIAS

- BARONAS, R. L. *Estudos discursivos à brasileira: uma introdução*. Campinas: Pontes Editores, 2015.
- BARROS, D. L. P. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.
- BARROS, D. L. P. Estudos do texto e do discurso no Brasil. In: BARONAS, R. L. *Estudos discursivos à brasileira: uma introdução*. Campinas: Pontes Editores, 2015. p. 7-13. 190p.
- BOLÍVAR, A. Crítica y construcción de teoría en el análisis de discurso latino-americano. In: SILVA, D. E. G.; PARDO, M. L. *Passado, presente e futuro dos estudos de discurso na América Latina: livro homenagem aos 20 anos da Associação Latino Americana de Estudos do Discurso*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015. p. 11-27. 221p.
- BORGES NETO, J. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.
- BOURDIEU, P. *Questions de sociologies*. Paris: Éditions de Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. La spécificité du champ scientifique et les conditions sociales du progrès de la raison. *Sociologie et sociétés*, v. 7, n. 1, p. 91-118, 1975.
- BRAIT, E. *Ironia em perspectiva polifônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EDUFSCar, 2009.
- FAIRCLOUGH, N. Critical and descriptive goals in discourse analysis. *Journal of Pragmatics*, v. 9, p. 739-63, 1985.
- FAIRCLOUGH, N. *Critical Discourse Analysis: the Critical Study of Language*. 2. ed. Harlow: Pearson, 2010.
- FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [1969].
- GREGOLIN, M. R. Análise do discurso: lugar de enfrentamentos teóricos. In: FERNANDES, C.; SANTOS, J. B. (org.). *Teorias linguísticas: problemáticas contemporâneas*. Uberlândia: UFU, 2003. p. 31-40. 301p.
- GREGOLIN, M. R. Tempos brasileiros: percursos da Análise do Discurso nos desvãos da história do Brasil. In: FERNANDES, C. A.; SANTOS, J. B. C. (org.). *Percursos da Análise do Discurso no Brasil*. São Carlos: Editora Claraluz, 2007. p. 23-46. 214p.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 2005.
- LAKATOS, I. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 26-56. 343p.
- MACHADO, I. L. A. AD, a AD no Brasil e a AD do Brasil. In: MACHADO, I. L. *Da análise do discurso no Brasil à análise do discurso do Brasil: três épocas histórico-analíticas*. Uberlândia: EDUFU, 2010. p. 203-229. 289p.

- MAGALHÃES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. *Revista DELTA*, v. 21, p. 1-9, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300002. Acesso em: 4 jun. 2020.
- MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. M. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.
- MAINGUENAU, D. *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.
- MAINGUENAU, D. *Gênese dos discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.
- MAINGUENAU, D. *Doze conceitos em análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.
- MAINGUENAU, D. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1997.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso*. Campinas: Editora Pontes, 1999.
- ORLANDI, E. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSKY, F.; LEANDRO FERREIRA, M. C. (org.) *Michel Pêcheux e a Análise do Discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005, p. 75-88. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2020.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 [1975].
- POSSENTI, S. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2010.
- RUIZ, M. A. A. *Por uma ciência da linguagem no/do Brasil: percursos e irrupções teóricas*. 2019. 223 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Letras, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11684>. Acesso em: 18 out. 2020.
- SANTAELLA, L. Epistemologia Semiótica. *Cognitio: Revista de Filosofia*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 93-110, 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/cognitiofilosofia/article/viewFile/13531/10042>. Acesso em: 4 jun. 2020.
- VAN DIJK, T. A. (org.). *Handbook of discourse analysis*. 4. ed. Nova York: Academic Press, 1985.
- VAN DIJK, T. A. *Ideology: a multidisciplinary approach*. Londres: Sage, 1998.
- VAN DIJK, T. A. Discourse, context and cognition. *Discourse studies*, v. 8, 2006. Disponível em: www.discourses.org. Acesso em: 10 jun. 2020.



Recebido em 22/10/2020. Aceito em 05/01/2021.